Almada Energia Renovável S.A

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e relatório dos auditores independentes

SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL		3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO		7
NOTAS EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS		8
1	CONTEXTO OPERACIONAL	8
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8
3	RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	9
4	ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	16
5	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	16
6	IMPOSTOS A RECUPERAR	17
7	IMOBILIZADO	17
8	ATIVOS DE DIREITO DE USO	18
9	FORNECEDORES	18
10	FINANCIAMENTOS	18
11	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	19
12	ARRENDAMENTOS A PAGAR	20
13	PARTES RELACIONADAS	20
14	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21
15	DESPESAS OPERACIONAIS	21
16	RESULTADO FINANCEIRO	22
17	PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	22
18	GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	22
19	INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA	24

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da

Almada Energia Renovável S.A.

Rio de Janeiro RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Almada Energia Renovável S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Almada Energia Renovável S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Adições ao ativo imobilizado	
Veja as Notas 3 (c) e 7 das demonstrações financeiras	
Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
Conforme descrito nas notas explicativas 3(c) e 7, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui saldo de ativo imobilizado no montante de R$ 24.154 mil em função do alto volume de capitalizações necessárias para a construção de seu ativo qualificável, que é a usina de geração solar arrendada para um terceiro no contexto do negócio da geração distribuída de energia. As capitalizações no exercício incluem adições relacionadas ao imobilizado em curso. Diante do montante envolvido e do volume de transações efetuadas pela Companhia, bem como pelo risco do reconhecimento de ativos não qualificáveis, consideramos as adições ao ativo imobilizado no exercício como uma área de foco em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (a) Avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Administração para contabilização do ativo; (b) Testes das adições do exercício ao imobilizado, em base amostral, incluindo a verificação documental para o enquadramento como ativo qualificável e análise dos critérios utilizados para a capitalização do ativo por classe; e (c) Avaliação da adequação das divulgações nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os montantes de capitalização do ativo imobilizado reconhecidos no exercício, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Hugo Hermes Blezer

Contador CRC RJ-109093/O-5

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Balanço Patrimonial

em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.451	2.317
Impostos e contribuições a recuperar	6	315	9
Despesas antecipadas		11	-
Total do ativo circulante		4.777	2.326
Imobilizado	7	26.331	2.177
Ativos de direito de uso	8	1.907	1.987
Total do ativo não circulante		28.238	4.164
Total do ativo		33.015	6.490

Passivo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	9	201	232
Financiamentos	10	650	-
Obrigações tributárias	11	44	11
Arrendamentos a pagar	12	30	27
Partes relacionadas	13	429	61
Total do passivo circulante		1.354	331
Financiamentos	10	26.620	-
Arrendamentos a pagar	12	2.089	2.021
Total do passivo não circulante		29.522	2.021
Patrimônio Líquido	14		
Capital social		4.300	4.300
Prejuízos acumulados		(2.161)	(162)
Total do patrimônio líquido		2.139	4.138
Total do passivo e patrimônio líquido		33.015	6.490

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Despesas operacionais	15	(1.182)	(230)
Resultado antes do resultado financeiro		(1.182)	(230)
Resultado financeiro	16		
Receitas financeiras		1	69
Despesas financeiras		(5)	-
Resultado financeiro líquido		(4)	69
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(1.186)	(161)
Resultado do exercício		(1.999)	(161)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício	(1.999)	(161)
Resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(1.999)	(161)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10	(1)	9
Aumento de capital social	4.290	-	4.290
Resultado do exercício	-	(161)	(161)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.300	(162)	4.138
Resultado do exercício	-	(1.999)	(1.999)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.300	(2.161)	2.139

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(1.186)	(161)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	80	20
Juros sobre arrendamentos	161	42
Encargos financeiros debêntures	3.870	-
	2.925	(99)
Variações em :		
Impostos a recuperar	(307)	(10)
Fornecedores	(31)	232
Obrigações tributárias	33	11
Outros passivos	368	61
Caixa gerado pelas operações	2.977	195
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.977	195
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado	(24.154)	(2.177)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(24.154)	(2.177)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de debêntures	23.400	-
Aumento de capital social	-	4.290
Pagamento de arrendamentos	(89)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	23.311	4.290
Aumento/Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	2.134	2.308
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.317	9
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.451	2.317
Aumento/Redução de caixa e equivalentes no exercício	2.134	2.308

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Almada Energia Renovável S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 21 de julho de 2022, sediada na Praia de Botafogo, 228, 9º andar, sala 911, parte, Bairro Botafogo, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Atua na locação e operação de usinas solares de minigeração distribuída, na modalidade de geração compartilhada. A companhia possui duas usinas fotovoltaicas em construção - UFVs Almada e Maresias, com 4 hectares de área locada e potência pico de 3,52 MWp (2,5 MWac), cada uma.

A companhia faz parte da Genial Energia Renovável S.A., Holding que agrupa Sociedades de Propósitos Específicos – SPEs de Usinas Fotovoltaicas, que se encontram em diferentes estágios de constituição.

Em 31 de dezembro de 2025, as UFVs Almada e Maresias encontravam-se em fase de implementação

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, uma vez que a Administração tem expectativa quanto à manutenção de suas atividades e à disponibilização pelos acionistas de recursos financeiros necessários para a continuidade de suas operações em futuro razoavelmente projetável. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 13 de março de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto em caso de certos instrumentos financeiros que são mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real (R$), todos os valores apresentados nessas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas rubricas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4.

3 Resumo das principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeira com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e a liquidez de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios.

b. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial:

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros – classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.
Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo
O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

(iii) Desreconhecimento
A Companhia realiza transações por meio das quais transfere ativos reconhecidos em sua demonstração da posição financeira, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos transferidos não são desreconhecidos.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

(ii) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo, deduzidos de qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário de tais empréstimos.

(iii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iv) Depreciação

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido e após a emissão dos certificados de aceite provisório - CAP. Como os ativos ainda estão em construção, não há depreciação referente ao exercício de 2025.

d. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo contas a receber:
  A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

  Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

  A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

  A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, parte substancial de suas contas a receber são com partes relacionadas

Com relação ao caixa e as aplicações financeiras, a Companhia somente aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

(ii) Ativos não financeiros

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros.

e. Debêntures

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

f. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

g. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia avalia que os contratos com prazo inferior a doze meses e os contratos que envolvam o uso de ativos imateriais e de baixo valor não contém um arrendamento.
No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo

arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.
O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de incremental definida da Companhia.

h. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

i. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

j. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômico-futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

k. Mudanças nas principais políticas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

(a) Outras Normas:

- IAS 21 - Falta de conversibilidade
- IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros.
- IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza.
- IFRS 09 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas

A Companhia avaliou os impactos dessas alterações na preparação de suas demonstrações financeiras para exercícios 2025 e não identificou nenhum impacto.

(b) IFRS 18 – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras

- O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.
- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração do resultado do exercício da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa no 2.2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período ou períodos posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

a) Vida útil do ativo imobilizado
b) Taxa incremental dos contratos de arrendamento

A Administração da Companhia realiza anualmente a revisão da vida útil estimada, valor residual e método de depreciação dos bens do imobilizado e intangível.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Contas Bancárias à Vista	96	10
Aplicações Financeiras	4.355	2.307
	4.451	2.317

Em 31 de dezembro de 2025 as aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e são remuneradas a taxas de 99% (99% em 31 de dezembro de 2024) do Certificado de Depósito Interbancário CDIs, prontamente resgatáveis sem mudança significante de valor.

6 Impostos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
IRRF a recuperar	315	9
	315	9

7 Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	Imobilizado em curso	Total
Em 31 de dezembro de 2023	-	-
Adições	2.177	2.177
Em 31 de dezembro de 2024	2.177	2.177
Adições	24.154	24.154
Em 31 de dezembro de 2025	26.331	26331
Em 31 de dezembro de 2025		
Custo	26.331	26.331
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2025	26.331	26.331

De acordo com as normas contábeis vigentes a Companhia foram capitalizados os custos de empréstimos que são atribuíveis diretamente à aquisição e construção dos ativos, correspondentes aos encargos financeiros vinculados aos certificados de recebíveis imobiliários, deduzidos dos rendimentos de aplicações de investimentos temporários realizados pelos fundos vinculados.

O ativo imobilizado é analisado para verificar a existência de indicativos de impairment, no mínimo, anualmente, sendo que para 31 de dezembro de 2025, a administração não identificou a existência de indicativos que pudessem indicar a desvalorização.

8 Ativos de direito de uso

	Direito de Uso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-
Adições	2.007	2.007
Amortização	(20)	(20)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.987	1.987
Amortização	(80)	(80)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.907	1.907

O prazo estabelecido em contratos para utilização da área arrendada é de 25 anos. De acordo com o CPC 06 (R1), os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial conforme nota explicativa 12.

9 Fornecedores

O saldo de fornecedores é composto pelos seguintes grupos:

	31/12/2025	31/12/2024
Materiais e Serviços	201	232
	201	232

10 Financiamentos

Em 16 de outubro de 2024, foi realizada pela Almada Energia Renovável S.A a 1ª emissão de debêntures simples da Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantias adicionais fidejussórias, para distribuição pública, no montante total de R$ 23.400, a qual foi objeto de distribuição pública com esforços restritos nos termos da Instrução CVM nº 160/2022. A emissão tem vencimento em 26 de dezembro de 2039 e taxa remuneratória de juros de IPCA + 10,00% a.a.

Movimentação do exercício	Circulante	Não circulante	Total
Captação de financiamentos	-	23.400	23.400
Transferência principal para circulante	650	(650)	-
Juros incorridos	-	3.870	3.870
Em 31 de dezembro de 2025	650	26.620	27.270

Garantias

(i) Alienação Fiduciária das Ações; (ii) Alienação Fiduciária dos Equipamentos; (iii) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e (iv) Cessão Fiduciária da Conta Vinculada; (v) Fiança cruzada entre Emissoras.

Covenants

Manutenção de Índice de Cobertura sobre os Serviços da Dívida ("ICSD") superior a 1,25x. Esse índice é calculado com base no EBITDA, deduzidos o Imposto de Renda e a Contribuição Social, e dividido pelo total das amortizações e juros pagos no período. A aferição ocorre semestralmente, considerando os resultados dos últimos 12 (doze) meses. Todos os *covenants* financeiros e não financeiros foram atendidos, em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A seguir são apresentadas as estimativas dos vencimentos das amortizações de principal e juros:

Ano	Amortizações
2026	650
2027	2.048
2028	2.048
2029	2.048
2030	2.048
2031 a 2039	18.429
Total	**27.270**

11 Obrigações tributárias

	31/12/2025	31/12/2024
COFINS	2	1
Tributos Federais Retidos na Fonte	9	7
Tributos Municipais Retidos na Fonte	5	3
Outros	28	-
	44	11

12 Arrendamentos a pagar

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui contratos vigentes de arrendamento de direito de uso de terrenos que são utilizados para implantação das Usinas de Geração de Energia Fotovoltaica. Esses contratos de locação, preveem pagamentos de aluguel fixo e mensal e foram enquadrados como passivo de arrendamento conforme CPC 06 (R2). Os valores dos contratos são reajustados anualmente de acordo com a variação do índice IPCA e possui vigência de 25 anos.

A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, descontados a uma taxa incremental de juros. A Administração da Companhia definiu que a taxa incremental de 8,28% a.a, a ser considerada para desconto desses contratos é a taxa incremental de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A que considera a participação relativa e o custo de cada fonte de financiamento da Companhia, principalmente capital de terceiros. Este método foi escolhido em razão da estrutura de capital, que contém dívida de longo prazo.

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Passivo de arrendamento - Terrenos	189	189
(-) Ajuste a valor presente	(159)	(162)
	30	**27**
Não Circulante		
Passivo de arrendamento - Terrenos	4.405	4.496
(-) Ajuste a valor presente	(2.316)	(2.475)
	2.089	**2.021**
Total	**2.119**	**2.048**

Movimentação	**Arrendamentos**
Em 31 de dezembro de 2023	**-**
Adições	2.006
Juros incorridos AVP	42
Em 31 de dezembro de 2024	**2.048**
Arrendamentos pagos	(89)
Juros incorridos AVP	161
Em 31 de dezembro de 2025	**2.119**

13 Partes relacionadas

Os saldos de partes relacionadas se referem ao rateio de despesas que ocorre entre a Holding e Spes do grupo.

Os custos compartilhados compreendem, no que tange à locação do imóvel, todos os custos relativos: (i) ao valor do aluguel; (ii) ao valor das cotas condominiais pagas à administradora do edifício comercial; (iii) aos valores de Imposto Territorial e Predial Urbano ("IPTU") devidos pelo Imóvel, bem como demais taxas a ele pertinentes; (iv) aos custos com seguro patrimonial dos projetos; (v) aos custos mensais de energia elétrica; e (vi) custos mensais de depreciação de obras efetuadas no Imóvel; e no que tange aos custos com funcionários e diretoria, todos os custos relativos: (i) aos salários e 13ª (décimo terceiro); (ii) FGTS e INSS; (iii) Programa de participação dos lucros e resultado para os empregados; (iv) bonificação e honorários para a diretoria; (v) assistência médica, odontológica, vale transporte, medicina do trabalho e vale refeição e alimentação.

	31/12/2025	31/12/2024
Genial Energia Renovável S.A	429	61
	429	61

14 Patrimônio líquido

14.1 Capital social

	31/12/2025	31/12/2024
Genial Energia Renovável S.A	4.300	4.300
Total	4.300	4.300

O capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado é de R$ 4.300 (R$ 4.300 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 4.300.000 (quatro milhões e trezentos) cotas no valor de R$1,00 (um real) cada, totalmente detidas pela acionista Genial Energia Renovável S.A.

15 Despesas operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(222)	(32)
Administradores	(149)	(23)
Materiais	(11)	-
Serviços de Terceiros	(672)	(136)
Arrendamentos e aluguéis	(67)	(5)
Seguros	(15)	(2)
Tributos	(18)	(30)
Gastos Diversos	(28)	(2)
	(1.182)	(230)

16 Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Receita com Aplicações Financeiras	1	69
Total receitas financeiras	1	69
Despesas financeiras		
Multa e juros	(2)	-
Outras Despesas Financeiras	(3)	-
Total despesas financeiras	(5)	-
	(4)	69

17 Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui ações trabalhistas, tributárias e cíveis classificadas como possíveis, prováveis ou remotas.

18 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e os impactos.

18.1 Fatores de risco

18.1.1 Risco de mercado

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras contratadas são valorizadas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e os contratos de certificados de recebíveis imobiliários, com encargos calculados de acordo com as condições usuais praticadas.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

Instrumentos de taxa variável	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras (nota 5)	4.355	2.307
Financiamentos (10)	27.270	-
Arrendamento a pagar (nota 12)	2.119	2.048

(ii) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre aplicações financeiras e Certificados de Recebíveis Imobiliários sujeitos a riscos de variação nas taxas de juros.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2026 foi definido através de premissas disponíveis no mercado (relatório FOCUS BACEN de 26 de dezembro de 2025) e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e os índices do cenário previstos para 31 de dezembro de 2026. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerada no cenário provável para 31 de dezembro de 2026.

	Exposição R$	Risco	%	Provável	Possível (+/- 25%)	Remoto (+/- 50%)
Aplicações financeiras (nota 5)	4.355	Baixa CDI	14,32%	624	468	312
Financiamentos (nota 10)	27.270	Alta IPCA	4,72%	1.287	1.609	1.931
Arrendamento a pagar (nota 12)	2.119	Alta IGPM	4,95%	105	131	157

18.1.2 Risco de crédito

A Companhia não espera perdas sobre os recebíveis mantidos com partes relacionadas ou com terceiros. Em relação às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das Demonstrações financeiras foi:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	4.451	2.317
	4.451	2.317

A Companhia não possui risco de crédito por tipo de contraparte e as aplicações financeiras são efetivadas apenas em bancos considerados de baixo risco.

18.1.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais dos principais passivos financeiros:

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores (nota 9)	201	201	-	-	-	-
Financiamentos (nota 10)	27.270	1.024	1.024	2.446	7.339	15.437
Arrendamento a pagar (nota 12)	2119	94	94	189	566	1.176
	29.590	1.319	1.118	2.635	7.905	16.613

18.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas.

A Companhia monitora o capital com base no índice de estrutura de capital. Esse índice corresponde à dívida bruta expressa como percentual do capital total. A dívida bruta, por sua vez, corresponde ao saldo total devedor dos certificados de recebíveis imobiliários e/ou obrigações contraídas no mercado financeiro e de capitais. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida bruta.

A seguir o índice de estrutura de capital em 31 de dezembro de 2025:

	31/12/2025	31/12/2024
Total de empréstimos e financiamentos (nota 10)	27.270	-
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(4.451)	(2.317)
Dívida líquida (A)	22.819	(2.317)
Total do patrimônio líquido	2.139	4.138
Total do capital (B)	24.958	1.821
Índice de alavancagem financeira - % (A/B)	91%	-127%

19 Instrumentos financeiros por categoria

19.1 Classificação contábil e valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

		31/12/2025			31/12/2024		
Ativos financeiros mensurados a valor justo	**Nota**	**Valor Contábil**	**Valor Justo**	**Hierarquia**	**Valor Contábil**	**Valor Justo**	**Hierarquia**
Valor justo por meio do resultado:							
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	5	4.355	4.355	Nível 2	2.307	2.307	Nível 2
		4.355	4.355		2.307	2.307	
Custo amortizado							
Caixa e equivalentes de caixa - Depósitos a vista	5	96	96	Nível 2	10	10	Nível 2
		96	96		10	10	
Passivos financeiros mensurados a valor justo							
Custo amortizado							
Outros Passivos Financeiros							
Fornecedores	9	201	201	Nível 2	232	232	Nível 2
Arrendamento a pagar	11	2.119	2.119	Nível 2	2.048	2.048	Nível 2
Financiamentos	10	27.270	27.270	Nível 2	-	-	Nível 2
Partes relacionadas	13	429	429	Nível 2	61	61	Nível 2
		57.289	57.289		2.341	2.341	

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.